

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

**Informações contábeis intermediárias
31 de março de 2026**

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Informações contábeis intermediárias

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	10
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS	11
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	13
7	VALORES A DEVOLVER DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	14
8	PARTES RELACIONADAS	15
9	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	18
10	INTANGÍVEL	18
11	ATIVOS DE CONTRATO	19
12	FORNECEDORES	20
13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	21
14	DEBÊNTURES	23
15	IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS	25
16	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS	26
17	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
18	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	28
19	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31
20	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	32
21	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	33
22	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	33
23	RESULTADO FINANCEIRO	34
24	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	34
25	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	38
26	COMPROMISSOS FUTUROS	39
27	EVENTOS SUBSEQUENTES	39



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil

Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.
São Luis - MA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 13 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, reading 'Nathália Araújo Domingues'.

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.
Balanco patrimonial em 31 de março 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)



Ativo	Notas	31/03/2026	31/12/2025	Passivo	Notas	31/03/2026	31/12/2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	274.734	41.861	Fornecedores	12	525.305	643.342
Aplicações financeiras	5	465.312	540.036	Fornecedores - Risco sacado	12.1	40.145	56.149
Contas a receber de clientes	6	1.400.994	1.435.898	Empréstimos e financiamentos	13	225.845	222.419
Almoxarifado		25.067	21.808	Debêntures	14	31.875	17.886
Serviços pedidos		90.840	84.439	Passivo de arrendamento	25.2	391	124
Subvenção CCC		4.046	3.901	Impostos e contribuições a recolher		190.574	204.579
Impostos e contribuições a recuperar		111.647	111.606	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		41.509	6.354
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		106.401	75.349	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		41.099	40.677
Depósitos vinculados	16	729	844	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	67.225	63.652
Outros créditos a receber		249.016	199.757	Contribuição de iluminação pública		45.631	48.681
Total do ativo circulante		2.728.786	2.515.499	Encargos setoriais		69.655	72.055
Não circulante				Participação nos lucros		78.677	56.524
Aplicações financeiras	5	-	1.489	Instrumentos financeiros derivativos	24.5	2.154	1.245
Contas a receber de clientes	6	69.611	68.245	Provisões para riscos judiciais	16	20.785	20.738
Serviços pedidos		16.096	16.001	Dividendos a pagar	8	141.705	141.705
Impostos e contribuições a recuperar		176.938	162.564	Outras contas a pagar		212.977	216.965
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		12.013	34.818	Total do passivo circulante		1.735.552	1.813.095
Depósitos vinculados	16	153.111	147.065	Não circulante			
Benefício pós-emprego		7.182	6.949	Fornecedores	12	22.117	23.003
Outros créditos a receber		29.358	31.389	Empréstimos e financiamentos	13	2.696.485	2.501.060
Ativo financeiro da concessão	9	6.139.997	5.943.147	Debêntures	14	1.368.440	1.364.099
Investimentos		61	62	Instrumentos financeiros derivativos	24.5	158.844	94.476
Intangível	10	1.596.108	1.689.840	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	19.973	18.143
Ativos de contrato	11	653.558	481.791	Passivo de arrendamento	25.2	723	244
Direito de uso		1.051	342	Impostos e contribuições a recolher		5.482	5.627
Total do ativo não circulante		8.855.084	8.583.702	Encargos setoriais		34.006	27.624
				Provisões para riscos judiciais	16	134.035	132.835
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.1	621.807	611.459
				Benefício pós-emprego		21.595	21.136
				Outras contas a pagar		78.023	63.430
				Total do passivo não circulante		5.161.530	4.863.136
				Patrimônio líquido			
				Capital social	17.1	1.863.606	1.863.606
				Ajuste de avaliação patrimonial		(13.930)	(4.817)
				Reserva de capital		56.095	55.475
				Reservas de lucros		2.508.706	2.508.706
				Lucro Acumulado		272.311	-
				Total do patrimônio líquido		4.686.788	4.422.970
Total do ativo		11.583.870	11.099.201	Total do passivo e patrimônio líquido		11.583.870	11.099.201

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado



Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida	19	1.737.101	1.532.262
Energia elétrica comprada para revenda	21	(680.062)	(625.408)
Custo de construção		(273.084)	(306.598)
Custo da operação		(149.715)	(135.425)
Custos de energia elétrica, construção e operação	20	(1.102.861)	(1.067.431)
Lucro bruto		634.240	464.831
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	20	(55.226)	(49.685)
Despesas gerais e administrativas	20	(83.701)	(80.513)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	20	(48.551)	(21.999)
Outras despesas operacionais, líquidas	22	(20.585)	(42.155)
Total de despesas operacionais		(208.063)	(194.352)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		426.177	270.479
Receitas financeiras	23	218.698	224.742
Despesas financeiras	23	(316.013)	(317.739)
Resultado financeiro, líquido		(97.315)	(92.997)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		328.862	177.482
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15.3	(41.509)	(6.533)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	15.3	(15.042)	(28.762)
Impostos sobre o lucro		(56.551)	(35.295)
Lucro líquido do período		272.311	142.187
Lucro por ação básico e diluído - R\$			
Ação ordinária	17.2	1,65857	0,86602
Ação preferencial nominal - A	17.2	1,65857	0,86602
Ação preferencial nominal - B	17.2	1,65857	0,86602
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		164.184	164.184

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)



	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Lucro líquido do período	272.311	142.187
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultado abrangentes <i>hedge accounting</i>	(13.807)	169
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	4.694	(58)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(9.113)	111
Total resultados abrangentes	263.198	142.298

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
					Legal	Incentivos fiscais	Reserva de reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.863.606	(43.617)	52.353	91.644	499.995	1.305.353	318.887	-	4.088.221
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	142.187	142.187
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>		-	-	201	-	-	-	-	-	201
Pagamentos baseados em ações - <i>Matching shares</i>		-	-	356	-	-	-	-	-	356
Resultado de <i>hedge accounting</i>		-	169	-	-	-	-	-	-	169
Tributos diferidos sobre ganho de instrumentos financeiros derivativos		-	(58)	-	-	-	-	-	-	(58)
Saldos em 31 de março de 2025		1.863.606	(43.506)	52.910	91.644	499.995	1.305.353	318.887	142.187	4.231.076
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.863.606	(4.817)	55.475	121.111	662.343	1.725.252	-	-	4.422.970
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	272.311	272.311
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>	18.1	-	-	35	-	-	-	-	-	35
Pagamentos baseados em ações - <i>Matching shares</i>	18.2	-	-	585	-	-	-	-	-	585
Resultado abrangente do período										
Resultado de <i>hedge accounting</i>	24.5	-	(13.807)	-	-	-	-	-	-	(13.807)
Tributos diferidos sobre ganho de instrumentos financeiros derivativos	15.2	-	4.694	-	-	-	-	-	-	4.694
Saldos em 31 de março de 2026		1.863.606	(13.930)	56.095	121.111	662.343	1.725.252	-	272.311	4.686.788

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)



	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido no período	272.311	142.187
Ajustes para:		
Amortização	99.996	96.559
Baixa de intangível e financeiro	2.285	7.505
Atualização do ativo financeiro	(108.723)	(100.927)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais e marcação a valor justo, líquidas	56.338	34.808
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	68.330	99.880
Ajuste a valor presente	(1.406)	(190)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	48.551	21.999
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	81	460
Baixa de recebíveis incobráveis	3.198	7.509
Provisão e atualização para riscos judiciais	11.042	6.086
Provisão e atualização de encargos setoriais	11.603	11.349
Valor justo das opções de compra de ações	14.265	3.893
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	5.068	(59.580)
Imposto de renda e contribuição social correntes	41.509	6.533
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.042	28.762
Participação nos lucros	22.189	21.505
Benefício pós-emprego	226	160
Rendimentos de aplicações financeiras	(18.237)	(43.870)
Provisão para perda de estoque	(1.525)	(2.647)
Encargos de geração distribuída	-	(27)
Subtotal	542.143	281.954
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(16.355)	90.110
Serviços pedidos	(5.219)	19.743
Depósitos judiciais	(5.931)	(7.376)
Subvenção CCC	(145)	(6.839)
Almoxarifado	(3.259)	(4.752)
Impostos e contribuições a recuperar	(14.415)	(19.972)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(8.247)	(2.745)
Outros créditos a receber	(47.759)	(21.646)
Fornecedores	(144.964)	(75.877)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(20.607)	(8.480)
Impostos e contribuições a recolher	(14.150)	(14.730)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	24.376	28.129
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	335	1.061
Contribuição de iluminação pública	(3.050)	(6.086)
Participação nos lucros	(36)	(53.022)
Encargos setoriais	(8.898)	(27.263)
Provisão para riscos judiciais	(9.795)	(5.320)
Outras contas a pagar	(3.040)	(45.919)
Variações líquidas nos ativos e passivos, circulante e não circulantes	(281.159)	(160.984)
Juros recebidos de aplicações financeiras	171.233	43.870
Imposto de renda e contribuição social pagos	(30.730)	(25.002)
Juros pagos	(68.883)	(46.230)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	255.781	492.959
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(233.521)	(266.223)
Resgate (aplicações) financeiras	(76.823)	399.351
Rendimentos de aplicações financeiras	40	-
Fluxo de caixa líquido utilizado das atividades de investimento	(310.304)	133.128
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(50.994)	(235.754)
Captação de empréstimos e financiamentos	262.000	293.143
Amortização de debêntures	-	(300.000)
Amortização do passivo de arrendamento	(433)	(71)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	210.573	(242.682)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	232.873	(15.946)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	41.861	130.195
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	274.734	114.249
Redução em caixa e equivalentes de caixa	232.873	(15.946)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	2.201.293	1.753.713
Receitas de construção	273.084	306.598
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(48.551)	(21.999)
Outras receitas	1.229	-
Subtotal	2.427.055	2.038.312
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(953.146)	(932.006)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(135.409)	(119.682)
Subvenção CCC	(246)	12.863
Outras despesas	(27.646)	(45.520)
Subtotal	(1.116.447)	(1.084.345)
Valor adicionado bruto	1.310.608	953.967
Amortização	(99.996)	(96.559)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	1.210.612	857.408
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	221.245	228.297
Valor adicionado total a distribuir	1.431.857	1.085.705
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	22.377	31.877
Benefícios	15.726	14.364
FGTS	4.903	4.401
Subtotal	43.006	50.642
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	384.954	252.791
Estaduais	413.364	318.830
Municipais	492	596
Subtotal	798.810	572.217
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	291.060	285.499
Aluguéis	1.717	2.920
Outros despesas financeiras	24.953	32.240
Subtotal	317.730	320.659
Remuneração de capitais próprios		
Lucro retido no período	272.311	142.187
Subtotal	272.311	142.187
Valor adicionado	1.431.857	1.085.705

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1 Contexto operacional

A Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Maranhão") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, bairro Altos do Calhau, cidade São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A., tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Maranhão com 331.937(*) km², atendendo, em 31 de março de 2026, 2.870.131 (*) consumidores em 217 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 28 de março de 2025, com fundamento na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024 e no Termo Aditivo aprovado por meio do Despacho ANEEL nº 517/2025, a Companhia protocolou o pedido de prorrogação do Contrato de Concessão por mais 30 (trinta) anos, contados a partir do seu término, requerendo também a antecipação dos efeitos da prorrogação, conforme previsto no art. 10 do referido Decreto. A ANEEL aprovou o pleito de prorrogação do Contrato de Concessão da Equatorial Maranhão em 03 de junho de 2025, por meio do Despacho nº 1.581/2025, com base nos critérios de atendimento aos indicadores de qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira, bem como comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e setorial e de qualificações jurídica.

Em 06 de abril de 2026, foi publicado, no Diário Oficial da União (DOU), Despacho do Ministério de Minas e Energia (MME) com deferimento da prorrogação dos contratos da Equatorial Maranhão, com convocação formal das concessionárias para assinatura do aditivo em até 60 dias.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrou em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de março de 2026, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas informações contábeis intermediárias da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As informações contábeis intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações contábeis intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2026.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis à essas informações contábeis intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026 e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

Adicionalmente, em 31 de março de 2025, a CVM publicou a Resolução nº 227, que determina que as companhias abertas passem a elaborar e divulgar, de forma separada, um relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Esse relatório deverá observar os padrões internacionais estabelecidos nas normas IFRS S1 e IFRS S2, emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Essas normas foram traduzidas e emitidas no Brasil pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), sob os Pronunciamentos CBPS 1 e CBPS 2.

3.1.2 Normas emitidas, mas não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	18.682	36.217
Equivalentes de caixa		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.104	5.644
Fundo de investimento		
Operações compromissadas	253.948	-
Subtotal de equivalentes de caixa	256.052	5.644
Total	274.734	41.861

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2026, equivale a 98,02% do CDI (100,69% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5 Aplicações financeiras

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Circulante		
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de investimentos	242.950	273.717
Cotas de fundos de investimento FIDC	19.282	20.814
Recursos vinculados (a)	14.762	66.463
Fundo aberto	188.318	179.042
Total circulante	465.312	540.036
Não circulante		
Recursos vinculados (a)	-	1.489
Total não circulante	-	1.489
Total aplicações financeiras	465.312	541.525

(a) Referem-se a aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no período findo em 31 de março de 2026 equivale a 102,18% do CDI (101,90% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	31/03/2026				31/12/2025			
	Vencidos				Vencidos			
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	170.442	276.762	589.031	1.036.235	202.704	305.652	544.661	1.053.017
Industrial	20.244	2.378	6.342	28.964	20.680	2.390	5.852	28.922
Comercial	59.176	14.017	23.976	97.169	60.906	15.668	21.236	97.810
Rural	22.334	16.658	70.419	109.411	24.441	20.267	63.474	108.182
Poder público	53.179	12.193	18.156	83.528	61.006	12.753	15.454	89.213
Iluminação pública	5.222	985	2.829	9.036	5.695	1.965	1.290	8.950
Serviço público	30.203	12.797	16.959	59.959	32.441	12.606	13.691	58.738
Contas a receber de consumidores faturados	360.800	335.790	727.712	1.424.302	407.873	371.301	665.658	1.444.832
Residencial	114.577	15.423	143.969	273.969	109.294	13.901	146.466	269.661
Industrial	1.138	140	1.437	2.715	942	159	1.486	2.587
Comercial	4.926	636	8.480	14.042	4.629	520	8.811	13.960
Rural	9.117	1.175	6.910	17.202	7.534	1.053	6.652	15.239
Poder público	24.217	673	1.550	26.440	25.826	504	1.408	27.738
Iluminação pública	8.668	379	372	9.419	9.414	220	393	10.027
Serviço Público	21.025	2.445	2.025	25.495	19.265	1.382	1.918	22.565
Parcelamentos (a)	183.668	20.871	164.743	369.282	176.904	17.739	167.134	361.777
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	191.945	-	-	191.945	205.795	-	-	205.795
Baixa renda (c)	121.887	-	-	121.887	105.925	-	-	105.925
Outras (d)	72.518	-	-	72.518	67.096	-	-	67.096
Subtotal	930.818	356.661	892.455	2.179.934	963.593	389.040	832.792	2.185.425
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(76.086)	(47.421)	(585.822)	(709.329)	(87.410)	(45.427)	(548.445)	(681.282)
Total contas a receber de clientes	854.732	309.240	306.633	1.470.605	876.183	343.613	284.347	1.504.143
Circulante				1.400.994				1.435.898
Não circulante				69.611				68.245

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no montante a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ 11.189 em 31 de março de 2026 (R\$ 12.595 em 31 de dezembro de 2025), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 1.406, conforme nota explicativa nº 23 – Resultado Financeiro;
- (b) As contas a receber de consumidores não faturados corresponde ao consumo estimado baseado no ciclo de leitura, o qual é encerrado após o período de fechamento contábil;
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212/2010 e nº 10.438/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (d) Corresponde aos saldos de juros moratórios, multas por auto religação, por inadimplência e atrasos.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2025	Provisões/ Reversões (b)	Baixas	31/03/2026
Contas a receber de consumidores faturados	(450.585)	(38.495)	11.834	(477.246)
Parcelamentos	(200.719)	(8.385)	6.918	(202.186)
Contas a receber de consumidores não faturados	(6.484)	436	-	(6.048)
Outras (a)	(23.494)	(1.657)	1.302	(23.849)
Total	(681.282)	(48.101)	20.054	(709.329)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021; e
- (b) A movimentação líquida do período, gerou um complemento de provisão, no montante de R\$ 48.101, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 48.020 e R\$ 81, respectivamente, conforme notas explicativas nº 20 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 23 – Resultado Financeiro.

7 Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2025	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	31/03/2026
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	27.980	26.156	48	1.927	-	56.111
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	8.014	(1.876)	(3.180)	181	-	3.139
Rede básica	32.750	8.624	(8.697)	977	-	33.654
Compra de energia CVA (b)	102.136	10.408	(443)	2.698	-	114.799
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	7.080	3.418	(4.915)	199	-	5.782
Subtotal	177.960	46.730	(17.187)	5.982	-	213.485
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (d)	(1.330)	(65.413)	1.701	25	-	(65.017)
Neutralidade (e)	(39.114)	1.230	3.124	(1.159)	-	(35.919)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(101.104)	(4.866)	4.759	(2.083)	-	(103.294)
Risco hidrológico (f)	(106.465)	-	(194)	1.529	-	(105.130)
Compensação créditos PIS/COFINS (g)	103	-	(39)	-	-	64
CDE Modicidade Tarifária (h)	(4.355)	-	1.564	(89)	-	(2.880)
Outros	(7.490)	7.995	11.349	(26)	(335)	11.493
Subtotal	(259.755)	(61.054)	22.264	(1.803)	(335)	(300.683)
Total	(81.795)	(14.324)	5.077	4.179	(335)	(87.198)
Circulante						
Valores a receber	206.094					(67.225)
Valores a devolver	(269.746)					-
Efeito líquido circulante ativo (passivo)	(63.652)					(67.225)
Não circulante						
Valores a receber	146.803					(19.973)
Valores a devolver	(164.946)					-
Efeito líquido não circulante ativo (passivo)	(18.143)					(19.973)

- (a) A conta de CDE foi impactada no período principalmente pelos custos com a quota CDE USO, de acordo com a REH nº 3.564 de 09 de dezembro de 2025 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, no valor de constituição de R\$ 26.156;
- (b) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período: (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, com movimento positivo de constituição de R\$ 36.860; (ii) o efeito negativo da variação da compra de energia em relação a cobertura tarifária de R\$ 67.002; e (iii) o efeito positivo de R\$ 40.550 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada de fevereiro e março não homologada ANEEL, totalizando um movimento de constituição de R\$ 10.408;
- (c) O ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, sendo o principal efeito a constituição positiva de R\$ 3.418;
- (d) A constituição passiva (negativa) de R\$ 65.413 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio superior ao preço médio de compra de energia das distribuidoras;
- (e) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior, ajustados pela taxa SELIC, conforme regulamentação vigente. No período atual, foi registrada uma constituição positiva de R\$ 1.230;
- (f) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET submódulo 4.4 - demais componentes financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada;
- (g) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS; e
- (h) A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e atualizando a Parcela B pelo IPCA deduzindo do Fator X. A cada quatro anos ocorre a Revisão Tarifária Periódica (RTP), sendo a próxima revisão em 2029, quando também é feito a revisão da base da Parcela B (custos gerenciáveis).

No mês de agosto de 2025, a ANEEL apurou o novo índice da revisão tarifária da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.512, de 26 de agosto de 2025, foram reajustadas, em média, 17,90%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora, vigente de 28 de agosto de 2025 a 27 de agosto de 2026.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 5.777 (R\$ 204.161 em 31 de dezembro de 2025) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 3.759 (R\$ 157.084 em 31 de dezembro de 2025) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 2.018 (R\$ 47.082 em 31 de dezembro de 2025) recebendo via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

8 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Companhias	Notas	31/03/2026		31/12/2025	31/03/2025
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber de clientes					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Associação para Assinatura de Energia	(b)	235	685	226	743
E-nova Geração Distribuída S.A.	(b)	-	-	-	142
Total		235	685	226	885
Outros créditos a receber - (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	241	-	281	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.588	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	3.488	-	1.131	-
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	-	-	546	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	723	-	-	-
E-nova Geração Distribuída S.A.	(f)	-	16	-	15
Total		6.040	16	1.958	15
Outros créditos a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(m)	22.413	20.524	13.044	11.293
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(m)	5.922	5.508	4.501	3.149
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(m)	8.786	8.678	6.128	4.313
Equatorial Serviços S.A.	(m)	2.072	-	2.072	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(m)	7.905	7.856	4.323	4.816
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(m)	2.539	2.539	1.237	1.104
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(m)	21.208	21.139	11.422	12.071
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	-	-	-	43
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	-	-	-	41
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	-	-	-	62
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	-	-	-	126
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	-	-	-	47
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	-	-	-	51
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	-	-	-	81
Total		70.845	66.244	42.727	37.197

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	31/03/2026		31/12/2025	31/03/2025																																																																										
	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)																																																																										
Fornecedores																																																																														
Entidade é membro do mesmo grupo econômico																																																																														
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a) (3.879)	-	-	-																																																																										
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b) (2.938)	(5.846)	-	(4.929)																																																																										
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a) (101)	-	(386)	-																																																																										
Equatorial Serviços S.A.	(d) (4.478)	(4.478)	(9.471)	(8.487)																																																																										
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(a) (305)	-	(2.116)	-																																																																										
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a) (183)	-	(376)	-																																																																										
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a) (3.237)	-	(1.951)	-																																																																										
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(e) (1.318)	-	(1.043)	-																																																																										
E-nova Geração Distribuída S.A.	(a) -	-	-	(388)																																																																										
Equatorial Telecomunicações S.A.	(k) (1.386)	(1.720)	(4.884)	(454)																																																																										
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(g) -	-	-	(240)																																																																										
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(g) -	-	-	(214)																																																																										
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(g) -	-	-	(313)																																																																										
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(g) -	-	-	(562)																																																																										
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(g) -	-	-	(231)																																																																										
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(g) -	-	-	(323)																																																																										
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(g) -	-	-	(277)																																																																										
Total	(17.825)	(12.044)	(20.227)	(16.418)																																																																										
Outras contas a pagar																																																																														
Entidade é membro do mesmo grupo econômico																																																																														
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(m) (7.316)	(3.929)	(6.378)	(2.773)																																																																										
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(m) (2.708)	(1.711)	(1.999)	(1.155)																																																																										
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(m) (2.844)	(1.408)	(2.619)	(1.014)																																																																										
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(m) (2.995)	(1.360)	(2.334)	(1.072)																																																																										
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(m) (618)	(281)	(614)	(403)																																																																										
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(m) (6.859)	(3.671)	(6.264)	(3.001)																																																																										
Instituto Equatorial	(n) -	(2.987)	-	-																																																																										
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c) -	-	-	(1)																																																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Notas</th> <th colspan="2">31/03/2026</th> <th>31/12/2025</th> <th>31/03/2025</th> </tr> <tr> <th>Ativo (Passivo)</th> <th>Efeito no resultado receita (despesa)</th> <th>Ativo (Passivo)</th> <th>Efeito no resultado receita (despesa)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="5">Outras contas a pagar</td> </tr> <tr> <td colspan="5">Entidade é membro do mesmo grupo econômico</td> </tr> <tr> <td>Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.</td> <td>(c) -</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(11)</td> </tr> <tr> <td>Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.</td> <td>(c) -</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(2)</td> </tr> <tr> <td>Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.</td> <td>(c) -</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(230)</td> </tr> <tr> <td>Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.</td> <td>(c) -</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(2)</td> </tr> <tr> <td>Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.</td> <td>(c) -</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(2)</td> </tr> <tr> <td>Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.</td> <td>(c) -</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(3)</td> </tr> <tr> <td>Controladora indireta</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Equatorial S.A.</td> <td>(h) (7.193)</td> <td>(3.979)</td> <td>(7.175)</td> <td>(4.281)</td> </tr> <tr> <td>Entidade é plano de benefício pós-emprego</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Equatorial Energia Fundação de Previdência – EQTPREV</td> <td>(o) -</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(1.590)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(30.533)</td> <td>(19.326)</td> <td>(27.383)</td> <td>(15.540)</td> </tr> </tbody> </table>					Notas	31/03/2026		31/12/2025	31/03/2025	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Outras contas a pagar					Entidade é membro do mesmo grupo econômico					Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c) -	-	-	(11)	Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c) -	-	-	(2)	Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c) -	-	-	(230)	Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c) -	-	-	(2)	Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c) -	-	-	(2)	Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c) -	-	-	(3)	Controladora indireta					Equatorial S.A.	(h) (7.193)	(3.979)	(7.175)	(4.281)	Entidade é plano de benefício pós-emprego					Equatorial Energia Fundação de Previdência – EQTPREV	(o) -	-	-	(1.590)	Total	(30.533)	(19.326)	(27.383)	(15.540)
Notas	31/03/2026		31/12/2025	31/03/2025																																																																										
	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)																																																																										
Outras contas a pagar																																																																														
Entidade é membro do mesmo grupo econômico																																																																														
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c) -	-	-	(11)																																																																										
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c) -	-	-	(2)																																																																										
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c) -	-	-	(230)																																																																										
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c) -	-	-	(2)																																																																										
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c) -	-	-	(2)																																																																										
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c) -	-	-	(3)																																																																										
Controladora indireta																																																																														
Equatorial S.A.	(h) (7.193)	(3.979)	(7.175)	(4.281)																																																																										
Entidade é plano de benefício pós-emprego																																																																														
Equatorial Energia Fundação de Previdência – EQTPREV	(o) -	-	-	(1.590)																																																																										
Total	(30.533)	(19.326)	(27.383)	(15.540)																																																																										
Dividendos a pagar																																																																														
Controladora direta																																																																														
Equatorial Energia Distribuição S.A.	(i) (91.130)	-	(91.130)	-																																																																										
Outros tipos de partes relacionadas																																																																														
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Axia Energia)	(46.960)	-	(46.960)	-																																																																										
Outros	(3.615)	-	(3.615)	-																																																																										
Total	(141.705)	-	(141.705)	-																																																																										

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	31/03/2026		31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Investimentos em serviço (bens em comodato)				
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(i) 17	(17)	17	(17)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A	(j) 44	(44)	45	(45)
Total	61	(61)	62	(62)

- (a) Os valores são provenientes da compra e venda de materiais diversos;
- (b) Os valores são provenientes do contrato de uso da rede de energia;
- (c) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a março de 2025 do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (d) Os valores são provenientes do contrato de serviços *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses;
- (e) Os valores referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (f) Saldos referentes ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendadora;
- (g) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a março de 2025 dos serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (h) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (aval), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (i) Relação de ativos cedidos em comodato no período findo em 31 de março de 2026 de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis), 11 (onze) e 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (j) Relação de ativos cedidos em comodato no período findo em 31 de março de 2026 de forma não onerosa pelo prazo de 32 (trinta e dois) e 13 (treze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (k) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra óptica, com duração de 60 meses;
- (l) O valor refere-se à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2025;
- (m) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021. As despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses;
- (n) Refere-se ao reconhecimento de despesas de doações concedidas a parte relacionada, sem expectativa de contraprestação, registradas no resultado do exercício; e
- (o) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar.

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Administração e Fiscal, o Presidente e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 29.206 (R\$ 26.800 em 29 de abril de 2025), conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas em 28 de abril de 2026. Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 24 – Benefício pós-emprego, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 18 – Planos de incentivos de longo prazo.

A proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 31 de março de 2026 e 2025:

	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração fixa anual	1.504	1.453
Salário ou Pró-labore	1.380	1.339
Benefícios diretos e indiretos	124	114
Remuneração variável	-	443
Benefícios pós emprego	74	25
Remuneração baseada em ações	3.133	1.177
Valor total da remuneração	4.711	3.098

8.2 Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia contam com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

9 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Atualização do ativo financeiro	Transferência - ativo de contrato	Baixas	31/03/2026
Ativo financeiro	7.046.340	101.210	94.886	(1.432)	7.241.004
Obrigações especiais	(1.103.193)	7.513	(5.327)	-	(1.101.007)
Total ativo financeiro da concessão	5.943.147	108.723	89.559	(1.432)	6.139.997

10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/03/2026			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	
Em serviço	4,15%	5.985.162	(4.029.698)	(359.356)	1.596.108
Total		5.985.162	(4.029.698)	(359.356)	1.596.108

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/12/2025			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	
Em serviço	4,18%	5.959.304	(3.916.379)	(353.085)	1.689.840
Total		5.959.304	(3.916.379)	(353.085)	1.689.840

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

10.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências Ativo de contrato	31/03/2026
Em serviço	5.959.304	-	(5.892)	31.750	5.985.162
(-) Amortização	(3.916.379)	(118.358)	5.039	-	(4.029.698)
Total em serviço	2.042.925	(118.358)	(853)	31.750	1.955.464
Obrigações especiais	(1.271.525)	-	-	(25.104)	(1.296.629)
(-) Amortização	918.440	18.833	-	-	937.273
Total em obrigações especiais	(353.085)	18.833	-	(25.104)	(359.356)
Total	1.689.840	(99.525)	(853)	6.646	1.596.108

A Companhia avaliou, e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o período findo em 31 de março de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

11 Ativos de contrato

A movimentação de ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Adições (a)	Transferências		31/03/2026
			Ativo intangível	Ativo financeiro (b)	
Ativos de contrato	719.895	273.084	(31.750)	(94.886)	866.343
Obrigações especiais	(238.104)	(5.112)	25.104	5.327	(212.785)
Total ativos de contrato	481.791	267.972	(6.646)	(89.559)	653.558

(a) O montante de R\$ 267.972 refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no período. Deste total, R\$ 233.521 impactaram o caixa da Companhia, R\$ 1.525 refere-se a reversão para perda de estoques e obras líquidas, conforme nota explicativa nº 22 – Outras receitas (despesas) operacionais e, conforme nota explicativa nº 25.1 – Transações que não afetam caixa R\$ 10.037 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 21.029 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 1.860 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 13 – Empréstimos e financiamentos; e

(b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão.

A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída no período findo em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Fornecedores

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	205.824	344.708
Encargos de uso da rede elétrica	77.158	71.804
Materiais e serviços	242.323	206.603
Partes relacionadas - nota explicativa nº 8	-	20.227
Total circulante	525.305	643.342
Não Circulante		
Materiais e serviços	22.117	23.003
Total não circulante	22.117	23.003
Total fornecedores	547.422	666.345

(a) O saldo em 31 de março de 2026 apresentou uma redução de R\$ 138.884 em relação a 31 de dezembro de 2025, em função das seguintes variações: (i) redução de R\$ 82.003 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia; e (ii) redução de 56.881 nas despesas do Mercado de Curto Prazo.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 51 dias (44 dias em 31 de dezembro de 2025).

12.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre, a critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de março de 2026, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 40.145 (R\$ 56.149 em 31 de dezembro de 2025), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade, o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações que impactaram o fluxo de caixa da Companhia em 31 de março de 2026 foram de R\$ 74.603 (R\$ 80.708 em 31 de março de 2025). O prazo médio de pagamento destes títulos é de 69 dias (72 dias em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	31/03/2026		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira				
CDI	0,61% até 1,36%	10.527	912.864	923.391
Subtotal		10.527	912.864	923.391
(-) Custo de transação		-	(1.711)	(1.711)
Total moeda estrangeira		10.527	911.153	921.680
Moeda nacional				
CDI	0,12%	25.044	389.440	414.484
IPCA	4,11% até 5,96%	191.266	1.409.253	1.600.519
Subtotal		216.310	1.798.693	2.015.003
(-) Custo de transação		(992)	(13.361)	(14.353)
Total moeda nacional		215.318	1.785.332	2.000.650
Total empréstimos e financiamentos		225.845	2.696.485	2.922.330

	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira				
CDI	1,05% até 1,15%	9.022	684.317	693.339
Total moeda estrangeira		9.022	684.317	693.339
Moeda nacional				
CDI	0,12%	24.829	391.723	416.552
IPCA	4,11% até 5,96%	189.560	1.438.629	1.628.189
Subtotal		214.389	1.830.352	2.044.741
(-) Custo de transação		(992)	(13.609)	(14.601)
Total moeda nacional		213.397	1.816.743	2.030.140
Total empréstimos e financiamentos		222.419	2.501.060	2.723.479

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

13.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	213.397	1.816.743	9.022	684.317	2.723.479
Ingressos (a)	-	-	-	262.000	262.000
Encargos (b)	25.450	-	8.657	-	34.107
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (d)	2.225	19.335	-	(33.453)	(11.893)
Transferências	50.746	(50.746)	-	-	-
Amortizações de principal	(50.994)	-	-	-	(50.994)
Pagamentos de juros	(25.754)	-	(7.152)	-	(32.906)
Custo de transação (c)	248	-	-	(1.711)	(1.463)
Saldo em 31 de março de 2026	215.318	1.785.332	10.527	911.153	2.922.330

- (a) As captações ocorreram junto ao FINDEV e ao SMBC, com prazos de 7 anos e 3 anos, respectivamente, e custos de CDI + 0,61% e CDI + 1,36%;
- (b) O montante de R\$ 34.107 refere-se a encargos reconhecidos no período, onde R\$ 32.247 impactou o resultado financeiro da Companhia e R\$ 1.860 referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 11 – Ativos de contrato;
- (c) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição; e
- (d) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo.

13.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de março de 2026, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	225.845	8%
2027	539.806	18%
2028	528.324	18%
2029	278.690	10%
2030	198.806	7%
De 2031 Até 2043	1.165.931	40%
Subtotal	2.711.557	93%
Custo de transação (não circulante)	(15.072)	-1%
Não circulante	2.696.485	92%
Total empréstimos e financiamentos	2.922.330	100%

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

13.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Scotiabank	FINDEV	SMBC
1º Dívida Líquida/EBITDA: <= 4,5	2,0	2,0	2,0

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente a Companhia possui contratos financeiros junto ao BNDES sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, apurados anualmente com base em informações auditadas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com os limites estabelecidos contratualmente.

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo

Moeda nacional	Custo da dívida (% a.a.)	31/03/2026			31/12/2025		
		Principal e encargos			Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CDI	0,29% até 0,95%	29.142	1.057.544	1.086.686	20.155	1.059.380	1.079.535
IPCA	6,30%	5.879	333.874	339.753	877	328.483	329.360
Subtotal		35.021	1.391.418	1.426.439	21.032	1.387.863	1.408.895
(-) Custo de transação		(3.146)	(22.978)	(26.124)	(3.146)	(23.764)	(26.910)
Total moeda nacional		31.875	1.368.440	1.400.315	17.886	1.364.099	1.381.985
Total empréstimos e financiamentos		31.875	1.368.440	1.400.315	17.886	1.364.099	1.381.985

14.2 Movimentação das debêntures

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	17.886	1.364.099	1.381.985
Encargos	33.093	-	33.093
Transferências	(787)	787	-
Pagamentos de juros	(19.104)	-	(19.104)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (a)	-	3.554	3.554
Custo de transação (b)	787	-	787
Saldo em 31 de março de 2026	31.875	1.368.440	1.400.315

(a) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo; e

(b) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	31.875	2%
2028	166.667	12%
2029	300.540	21%
2030	266.667	19%
De 2031 até 2036	657.544	48%
Subtotal	1.391.418	100%
Custos de transação (Não circulante)	(22.978)	-2%
Não circulante	1.368.440	98%
Total debêntures	1.400.315	100%

14.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	10ª emissão debêntures	11ª emissão debêntures	12ª emissão debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,0	2,0	2,0

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

15 Impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos

15.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/03/2026	31/12/2025
Diferenças temporárias (ativo):		
Provisão para riscos judiciais	61.081	60.332
PECLD	242.985	233.390
Receitas/custos de construção – CPC 47/IFRS 15	992	1.112
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	21	9
Provisão para participação nos lucros	22.049	15.090
Provisão para perda de estoque	13.289	13.289
Ajuste a valor presente	3.803	4.282
Provisões atuariais	3.736	3.660
Variação <i>swap</i>	54.740	32.547
Provisão para pagamento baseado em ações	33.909	29.826
Outras despesas não dedutíveis	12.951	13.291
Subtotal	449.556	406.828
Diferenças temporárias (passivo):		
Depreciação acelerada	(249.303)	(254.951)
Atualização do ativo financeiro VNR	(524.123)	(487.157)
Instrumentos financeiros – CPC48/IFRS 9	(253.436)	(247.178)
Variação cambial	(33.508)	(22.134)
Marcação a valor justo da dívida	(10.993)	(6.867)
Subtotal	(1.071.363)	(1.018.287)
Total tributo diferido ativo (passivo)	(621.807)	(611.459)

15.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/03/2026					
	31/12/2025	Reconhecimento no resultado	Resultados abrangentes	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para riscos judiciais	60.332	749	-	61.081	61.081	-
PECLD	233.390	9.595	-	242.985	242.985	-
Instrumentos financeiros – CPC 48/IFRS 09	(247.178)	(6.258)	-	(253.436)	-	(253.436)
Atualização do ativo financeiro VNR	(487.157)	(36.966)	-	(524.123)	-	(524.123)
Depreciação acelerada	(254.951)	5.648	-	(249.303)	-	(249.303)
Provisões atuariais	3.660	76	-	3.736	3.736	-
Provisão/Reversão para participação nos lucros	15.090	6.959	-	22.049	22.049	-
Provisão para pagamento baseado em ações	29.826	4.083	-	33.909	33.909	-
Provisão para perda de estoque	13.289	-	-	13.289	13.289	-
Variação <i>swap</i>	32.547	17.499	4.694	54.740	54.740	-
Variação cambial	(22.134)	(11.374)	-	(33.508)	-	(33.508)
Marcação a mercado - valor justo	(6.867)	(4.126)	-	(10.993)	-	(10.993)
Receitas/custos de construção – CPC 47/IFRS 15	1.112	(120)	-	992	992	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	9	12	-	21	21	-
Ajuste a valor presente – AVP	4.282	(479)	-	3.803	3.803	-
Outras despesas não dedutíveis	13.291	(340)	-	12.951	12.951	-
Total	(611.459)	(15.042)	4.694	(621.807)	449.556	(1.071.363)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

15.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, no período findo em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	31/03/2026		31/03/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	328.862	328.862	177.482	177.482
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(82.216)	(29.598)	(44.371)	(15.973)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras (adições) exclusões permanentes	(1.219)	33	340	343
Incentivo PAT	1.202	-	585	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	105	-	44	-
IRPJ Subvenção Governamental	55.142	-	23.737	-
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	(26.986)	(29.565)	(19.665)	(15.630)
Alíquota efetiva	8%	9%	11%	9%
Imposto corrente	(17.218)	(24.291)	-	(6.533)
Imposto diferido	(9.768)	(5.274)	(19.665)	(9.097)

16 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	53.399	31.460	52.657	27.936
Fiscais	84.355	113.715	84.355	111.655
Trabalhistas	6.130	8.665	5.986	8.318
Regulatórias	10.936	-	10.575	-
Total	154.820	153.840	153.573	147.909
Circulante	20.785	729	20.738	844
Não circulante	134.035	153.111	132.835	147.065

16.1 Movimentação dos processos no período

	31/12/2025			31/03/2026		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	52.657	7.710	(9.693)	(1.927)	4.652	53.399
Fiscais	84.355	-	-	-	-	84.355
Trabalhistas	5.986	171	(102)	(122)	197	6.130
Regulatórias	10.575	-	-	-	361	10.936
Total contingências	153.573	7.881	(9.795)	(2.049)	5.210	154.820

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas durante o período; e
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No período findo em 31 de março de 2026, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	31/03/2026	31/12/2025
Cíveis	57.422	56.605
Fiscais	5.648	5.648
Trabalhistas	6.050	5.405
Total	69.120	67.658

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital subscrito e integralizado no período findo em 31 de março de 2026 é de R\$ 1.863.606 (R\$ 1.863.606 em 31 de dezembro de 2025), o capital autorizado é de R\$ 2.200.000 (R\$ 2.200.000 em 31 de dezembro de 2025), sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	31/03/2026			Total	%
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B		
Equatorial Energia Distribuição S.A.	105.120.627	768.694	1.008.683	106.898.004	65,11%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Axia Energia)	53.777.259	459.387	609.069	54.845.715	33,41%
Outros	2.421.053	11.150	7.977	2.440.180	1,48%
Total (a)	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899	100%

(a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o período findo em 31 de março de 2026.

Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art.172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, não são conversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe "A" e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do exercício a que se referir o dividendo. Não há outros direitos, restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

17.2 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Resultado por ação*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

	31/03/2026			Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	
Numerador:				
Lucro líquido do período	267.559	2.055	2.697	272.311
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	161.319	1.239	1.626	164.184
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	1,65857	1,65857	1,65857	1,65857

	31/03/2025			Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	
Numerador:				
Lucro líquido do período	139.706	1.073	1.408	142.187
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações	161.319	1.239	1.626	164.184
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	0,86602	0,86602	0,86602	0,86602

18 Planos de incentivos de longo prazo

A Equatorial S.A. instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

18.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Movimentação durante o período

	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	262.700	-	656.400	-
Encerrados ao fim do período/exercício 2ª Outorga	-	-	(80.800)	-
Encerrados ao fim do período/exercício 3ª Outorga	-	-	(138.200)	-
Encerrados ao fim do período/exercício 4ª Outorga	-	-	(114.700)	-
Encerrados ao fim do período/exercício 6ª Outorga	-	-	(60.000)	-
Encerrados ao fim do período/exercício 7ª Outorga	(35.000)	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício 2ª Outorga	-	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício 3ª Outorga	-	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício 4ª Outorga	92.700	22,12	92.700	22,67
Existentes ao fim do período/exercício 5ª Outorga	40.000	22,64	40.000	22,64
Existentes ao fim do período/exercício 6ª Outorga	-	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício 7ª Outorga	95.000	30,11	130.000	30,11
Total existentes ao fim do período/exercício	227.700	-	262.700	-

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de março de 2026 era de 4,30 anos (4,26 anos, em 31 de dezembro de 2025). Não houve novas outorgas durante o período findo em 31 de março de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para o período findo em 31 de março de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Premissas	31/03/2026	31/12/2025
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	13,00	13,19
Rendimento de dividendos (%)	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Volatilidade esperada (%)	31,04	31,13
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	11,59	11,42
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,30	4,26
Média ponderada do preço das ações (R\$)	28,23	28,87
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 31 de março de 2026 foi de R\$ 35 (R\$ 201 em 31 de março de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period*, que é avaliado em cada data-base.

18.2 Plano de Outorga de "Matching Shares"

As ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos participantes no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

O valor justo por ação para cálculo da despesa é equivalente à média ponderada por volume de negociação em Reais das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga ou ao preço do pregão no dia anterior à Data de Outorga, o que for menor.

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	88.944	31,12	88.944	31,12
Outorgadas durante o exercício	186.083	32,22	186.083	32,22
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	88.944	31,12	88.944	31,12
Existentes ao fim do exercício 2ª Outorga	186.083	32,22	186.083	32,22
Existentes ao fim do período/exercício	275.027	31,86	275.027	31,86

O montante reconhecido na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 31 de março 2026 foi de R\$ 585 (R\$ 356 em 31 de março de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period*, que é avaliado em cada data base.

18.3 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom Shares" referentes aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do período de 31 de março de 2026, ponderado pelo volume negociado.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia fez jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para a Equatorial Maranhão, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

<i>Em ações</i>	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
Existentes em 1º de janeiro	1.571.229	38,41	1.256.990	31,60
Outorgadas durante o exercício	601.738	-	793.916	-
Cancelamento/transferência (a)	(43.615)	-	(104.677)	-
Pagamentos	-	-	(375.000)	-
Existentes ao fim do período/exercício	2.129.352	40,86	1.571.229	38,41

(a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* do plano e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da quantidade-alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo em 31 de março de 2026, foi reconhecida uma provisão de R\$ 13.645 para a Companhia, em contrapartida à rubrica de outras contas a pagar (provisão de R\$ 3.336 em 31 de março de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

19 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Receita de distribuição (a)	1.649.630	1.329.690
Remuneração financeira WACC	168.977	89.751
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	(9.247)	66.873
Subvenção CDE - Outros (c)	79.519	54.254
Fornecimento de energia elétrica	1.888.879	1.540.568
Suprimento de energia elétrica (d)	56.315	11.745
Receita pela disponibilidade - uso da rede	83.383	55.172
Receita de construção (f)	273.084	306.598
Atualização do ativo financeiro da concessão (e)	108.723	100.927
Outras receitas	63.993	45.301
Receita operacional bruta	2.474.377	2.060.311
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(413.364)	(318.830)
PIS e COFINS	(146.413)	(94.140)
Encargos do consumidor	(15.352)	(12.986)
ISS	(492)	(596)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (g)	(150.327)	(93.771)
Penalidades DIF/FIC e outras	(11.328)	(7.726)
Deduções da receita operacional	(737.276)	(528.049)
Receita operacional líquida	1.737.101	1.532.262

- (a) O mercado fio B apresentou crescimento de 7,7% no 1T26, quando comparado ao mesmo período de 2025. O volume passou de 1.931 GWh para 2.079 GWh, totalizando um incremento de 148 GWh no trimestre;
- (b) A variação negativa de R\$ 76.120 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) em relação a constituição houve alteração de posição entre anos, de ativa passou a ser passiva, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação negativa de R\$ 26.467 quando comparado com o exercício anterior; (ii) efeito negativo de R\$ 3.997 em CVA da Bandeira Faturada; (iii) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 47.078 e (iv) a variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 1.422;
- (c) Referem-se ao registro da receita de desconto tarifário. A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II e III, representando aumento de consumidores que geram energia, bem como a quantidade de energia injetada faturada;
- (d) A receita de suprimento de energia elétrica aumentou em 31 de março de 2026 em razão da elevação do PLD no Mercado de Curto Prazo, que passou de R\$ 66,12/MWh em 2025 para R\$ 654,95/MWh em 2026, resultando em apuração maior de receita nas vendas desse mercado;
- (e) A variação decorre, principalmente, do crescimento do saldo do Ativo Financeiro ao longo do período. Esse aumento foi impulsionado pelos efeitos da Revisão Tarifária Periódica realizada em agosto 2025;
- (f) A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas; e
- (g) A variação apresentada refere-se, principalmente, aos valores registrados na conta de CDE, devido a atualização dos valores estabelecidos pela Resolução Homologatória nº 3.564, de 09 de dezembro de 2025 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, a qual definiu as quotas da CDE USO e CDE GD aplicáveis ao período de 2026 em valores superiores aos vigentes em 2025. O aumento verificado para 2026 reflete, entre outros fatores, a necessidade de recomposição dos recursos da CDE para cobertura de subsídios tarifários, encargos associados à geração distribuída, programas sociais (como a Tarifa Social de Energia Elétrica) e outros custos regulatórios definidos pela agência reguladora.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Custo do serviço e despesas operacionais

	31/03/2026				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(12.724)	(9.031)	(35.015)	-	(56.770)
Material	(2.011)	(3.473)	(681)	-	(6.165)
Serviços de terceiros	(54.567)	(41.328)	(16.839)	-	(112.734)
Energia elétrica comprada para revenda – nota explicativa nº 21	(680.062)	-	-	-	(680.062)
Custo de construção (a)	(273.084)	-	-	-	(273.084)
PECLD – nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(48.020)	(48.020)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(5.832)	-	(5.832)
Amortização	(79.666)	-	(20.330)	-	(99.996)
Subvenção CCC	(246)	-	-	-	(246)
Outros	(501)	(1.394)	(5.004)	(531)	(7.430)
Total	(1.102.861)	(55.226)	(83.701)	(48.551)	(1.290.339)

	31/03/2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(11.332)	(10.547)	(41.807)	-	(63.686)
Material	(2.862)	(1.428)	(613)	-	(4.903)
Serviços de terceiros	(54.477)	(35.831)	(14.688)	-	(104.996)
Energia elétrica comprada para revenda – nota explicativa nº 21	(625.408)	-	-	-	(625.408)
Custo de construção (a)	(306.598)	-	-	-	(306.598)
PECLD – nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(21.973)	(21.973)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(3.365)	-	(3.365)
Amortização	(79.243)	-	(17.316)	-	(96.559)
Subvenção CCC	12.863	-	-	-	12.863
Outros	(374)	(1.879)	(2.724)	(26)	(5.003)
Total	(1.067.431)	(49.685)	(80.513)	(21.999)	(1.219.628)

(a) A Companhia, reconhece o custo de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Energia elétrica comprada para revenda

	31/03/2026		31/03/2025	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	1.781	(326.954)	1.863	(373.719)
Contratos Eletronuclear	38	(15.837)	62	(20.559)
Contratos cotas de garantias	194	(85.880)	243	(52.415)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	(52.564)	-	(44.426)
Energia de curto prazo - CCEE (d)	-	(120.160)	-	(28.789)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	37	(18.781)	35	(20.656)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	75.419	-	59.760
Geração distribuída (c)	-	4.702	-	(9.983)
Subtotal	2.050	(540.055)	2.203	(490.787)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (b)	-	(140.007)	-	(134.621)
Total	2.050	(680.062)	2.203	(625.408)

(a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), com preço médio do período em R\$ 183,58/MWh em relação ao mesmo período de 2025 de R\$200,60/MWh e redução de volume contratado em 8%;

(b) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2025, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.482 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão);

(c) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). A variação compreende as compensações dos créditos gerados antes do processo tarifário de 2025, mas com vencimento posterior, período em que a energia injetada de MMGD não era considerada na composição da energia requerida dos processos tarifários até a aprovação da REN 1.114/2025; e

(d) A variação decorre do aumento da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física.

(*) Informação não revisada.

22 Outras despesas operacionais, líquidas

	31/03/2026	31/03/2025
Outras receitas operacionais		
Reversão de provisão para perda de estoque (b)	1.525	2.647
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	1.229	-
Outras receitas operacionais	195	804
Total de outras receitas operacionais	2.949	3.451
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (a)	(17.042)	(33.845)
Indenização por danos a terceiros	(801)	(1.188)
Baixa de recebíveis incobráveis (c)	(3.198)	(7.509)
Outras despesas operacionais	(2.493)	(3.064)
Total de outras despesas operacionais	(23.534)	(46.838)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(20.585)	(42.155)

(a) Os saldos de perdas referem-se às baixas de bens comprometidos por avarias ou sinistros, realizadas no período findo em 31 de março de 2026; e

(b) No período findo em 31 de março de 2026 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos.

23 Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras		
Rendimentos financeiros (a)	19.499	43.870
Atualização de valores a receber da parcela A e itens financeiros	12.924	5.985
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	95.970	63.960
Acréscimo moratório de energia vendida	19.515	18.873
Receita Financeira de AVP	1.406	456
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.547)	(3.555)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida (c)	68.686	86.662
Reversão de PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	419	769
Outras receitas financeiras	2.826	7.722
Total de receitas financeiras	218.698	224.742
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(66.375)	(70.878)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(164.300)	(163.840)
Atualização de valores a devolver da parcela A e itens financeiros	(8.745)	(13.278)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida (c)	(60.347)	(50.779)
Despesa financeira de AVP	-	(266)
Atualização de contingências	(5.210)	(2.721)
Descontos concedidos	2.984	(4.042)
Despesas com Aval	(16.975)	(4.281)
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	(500)	(1.229)
Outras despesas financeiras	3.455	(6.452)
Encargos de geração distribuída	-	27
Total de despesas financeiras	(316.013)	(317.739)
Total resultado financeiro	(97.315)	(92.997)

- (a) A variação negativa nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, da redução da disponibilidade de caixa e aplicações financeiras da Companhia no período, em comparação ao período findo em 31 de março de 2025;
- (b) Refere-se à contratação de operações de *swap*, designadas como *hedge* de fluxo de caixa, nas quais o principal impacto da resultante despesa está relacionado à queda de 5,1% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 5,50 em 31 de março de 2025 para R\$ 5,22 em 31 de março de 2026. Semelhando ao movimento ocorrido no primeiro trimestre de 2025, em que a variação também resultou em despesa, devido à queda de 7,27% no valor do dólar, que passou de R\$ 6,19 em 31 de março de 2025 para R\$ 5,74 em 31 de março de 2026; e
- (c) No acumulado até 31 de março de 2026, o principal impacto foi causado pela variação cambial, que resultou em uma receita devido à queda de 5,1% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 5,50 em 31 de março de 2025 para R\$ 5,22 em 31 de março de 2026. Semelhando ao movimento ocorrido no primeiro trimestre de 2025, em que essa variação resultou em receita líquida, devido à queda de 7,27% no valor do dólar, que passou de R\$ 6,19 em 31 de março de 2025 para R\$ 5,74 em 31 de março de 2026.

24 Instrumentos financeiros

24.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas 13.4 - *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 14.4 - *Covenants* das debêntures.

24.2 Política de utilização de derivativos

A norma de gestão de risco da Companhia é realizar hedge de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

24.3 Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido.

A Companhia utiliza o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

(b) Índice de *hedge*

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante notional, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

24.4 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o período findo em 31 de março de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	465.312	465.312	541.525	541.525
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	1.470.605	1.470.605	1.504.143	1.504.143
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	6.139.997	6.139.997	5.943.147	5.943.147
Total do ativo			8.075.914	8.075.914	7.988.815	7.988.815

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	547.422	547.422	666.345	666.345
Fornecedor - risco sacado	-	Custo amortizado	40.145	40.145	56.149	56.149
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	2.511.762	2.512.722	2.310.900	2.322.295
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	410.568	410.567	412.579	412.579
Debêntures	-	Custo amortizado	859.843	826.524	551.446	551.446
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	540.472	540.472	830.539	830.689
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	160.998	160.998	95.721	95.721
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	1.114	1.114	368	368
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	87.198	87.198	81.795	81.795
Total do passivo			5.159.522	5.127.162	5.005.842	5.017.387

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

24.5 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de Hedge	Juros	Indexadores	Valor justo		
									31/03/2026	31/12/2025	
Banco Sumitomo Mitsui Banking Corporation	31/03/2026	31/03/2033	30.000	157.200	Semestral	Fluxo de Caixa	Semestral	5,2630% a.a./ CDI +0,61% a.a.	(3.415)	-	
Banco Sumitomo Mitsui Banking Corporation	31/03/2026	29/03/2030	20.000	104.800	Semestral	Fluxo de Caixa	Semestral	5,8846% a.a./ CDI +1,36% a.a.	(1.767)	-	
XP	04/10/2024	15/09/2036	-	550.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a / CDI +0,285% a.a.	(51.103)	(38.277)	
Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	73.684	420.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 5,8035% a.a / CDI +1,15% a.a.	(55.324)	(19.887)	
Scotiabank	30/01/2025	28/01/2028	18.000	106.920	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 5,2780% a.a./ CDI + 1,05% a.a.	(16.671)	(13.733)	
Scotiabank	19/02/2025	18/02/2028	32.683	186.223	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 5,2710% a.a./ CDI + 1,05% a.a.	(21.127)	(15.169)	
Bradesco	25/04/2025	15/08/2043	-	420.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,72% a.a./ CDI +0,12% a.a.	(11.591)	(8.655)	
Total									(160.998)	(95.721)	
									Passivo circulante	(2.154)	(1.245)
									Passivo não circulante	(158.844)	(94.476)
									Efeito líquido total	(160.998)	(95.721)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor Nominal	Valor contábil		Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA
			31/03/2026	31/12/2025	
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	1.945.143	(160.998)	(95.721)	(13.807)
					169

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

24.6 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 31 de março de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

25 Demonstração dos fluxos de caixa

25.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	89.559
Transferências entre ativo contratual e intangível	6.646
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	31.066
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações trabalhistas	21.029
Total atividades de investimento	148.300
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos	1.860
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	1.179
Resultado de <i>hedge accounting</i>	13.807
Total atividades de financiamento	16.846
Total	165.146

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

25.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxo de caixa	Pagamento de Juros (a)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (a)	31/03/2026
Empréstimos e financiamentos	2.723.479	211.006	(32.906)	-	-	20.751	2.922.330
Debêntures	1.381.985	-	(19.104)	-	-	37.434	1.400.315
Instrumentos financeiros derivativos	95.721	-	(16.860)	-	13.807	68.330	160.998
Passivos de arrendamento	368	(433)	(13)	1.179	-	13	1.114
Dividendos a pagar	141.705	-	-	-	-	-	141.705
Total	4.343.258	210.573	(68.883)	1.179	13.807	126.528	4.626.462

(a) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e resultado financeiro com operações de instrumentos derivativos.

26 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028*
Energia contratada (em R\$)	2026 a 2037	1.568.641	2.541.223	2.650.975	31.550.650
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2037	7.056.030	9.269.701	9.331.496	92.644.013

(*) Estimado em 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

27 Eventos subsequentes

Prorrogação do contrato de concessão

Em 06 de maio 2026, a Companhia celebrou o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 60/2000-ANEEL, prorrogando sua vigência por 30 (trinta) anos, passando a ter término em 11 de agosto de 2060. O referido aditivo atualiza as condições contratuais, contemplando, dentre outros aspectos, aprimoramentos relacionados às obrigações de qualidade e continuidade do serviço, à governança e à sustentabilidade econômico-financeira da concessão, bem como à alocação de riscos e ao cumprimento de indicadores regulatórios. Com a renovação, em maio de 2026, haverá reclassificação do ativo financeiro da concessão para intangível coerente com a fundamentação legal de que houve extinção do direito de indenização e sua conversão em direito de exploração futura e o novo intangível da concessão deve iniciar sua amortização somente no início do novo período de concessão (agosto de 2030).

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Alinez Martins Rabelo Costa

André Resende Guimarães

José Silva Sobral Neto

Pedro Luiz Manfredini Neto

João Alberto da Silva Neto

Conselho Fiscal

Titulares

André Luiz Amaral dos Santos

Saulo de Tarso Alves de Lara

Tiago Pereira Malheiro

Maria Salete Garcia Pinheiro

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Adilson Celestino de Lima

Luiz Eduardo Marques Moreira

Rodrigo Ribacinko

Dorgival Soares da Silva

Marizio Martins da Costa

Comitê de Auditoria Estatutário

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Tinn Freire Amado
(Coordenador)

Diretoria Executiva

Sérvio Túlio dos Santos
(Diretor Presidente)

Humberto Luis Queiroz Nogueira
(Diretor)

José Jorge Leite Soares
(Diretor)

André Luiz Barata Pessoa
(Diretor)

Agnelo Coelho Neto
(Diretor)

Tatiana Queiroga Vasques
(Diretora de Relação com Investidores)

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado
(Diretor)

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA 011842/O-3